



# Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

## Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 017/2022, DE 17 DE JANEIRO DE 2.022.

Aprovado

José Ailton de Sousa  
Presidente

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".**

A Câmara Municipal de Dores do Indaiá – MG, através de seu Plenário, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município de Dores do Indaiá - MG no exercício de 2022, no valor de R\$ 478.864,00 (Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais) destinado manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG n.º 7857 de 17 de Novembro de 2021, visando à majoração da seguinte dotação orçamentária discriminada abaixo:

|                         |                |  |
|-------------------------|----------------|--|
| Órgão                   | 02             | Prefeitura Municipal De Dores Do Indaiá                                |
| Unidade                 | 02.08          | Secretaria Municipal de Saúde  |
| Subunidade              | 02.08.01       | Fundo Municipal de Saúde   |
| Função                  | 10             | Saúde  |
| Subfunção               | 301            | Atenção Básica   |
| Programa                | 0013           | Gestão e Modernização do Sistema de Saúde                              |
| Atividade               | 2036           | Adm. e Manutenção das Atividades da Atenção Básica                     |
| Categoria Econômica     | 3.00.00.00     | Despesas Correntes   |
| Grupo de Natureza       | 3.1.00.00.00   | Pessoal e Encargos Sociais   |
| Mod. de Aplicação       | 3.1.90.00.00   | Aplicações Diretas   |
| Elemento                | 3.1.90.11.00   | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil                          |
| Fonte de Recursos       | 255            | Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde                  |
| Valor da suplementação: | R\$ 478.864,00 | Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais |
| Ficha Orçamentária      | 359            |  |

**Art. 2º** Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, serão utilizados como origem os recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fontes.

**Art. 3º.** Fica autorizado ao Poder Executivo a inclusão e atualização da ação governamental na Lei Municipal n.º 2.964/2021, de 10 de Dezembro de 2.021, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dores do Indaiá – Minas Gerais



# Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

## Gabinete do Prefeito

Para o Exercício Financeiro de 2.022.", na Lei Municipal n.º 2.940/2021 de 15 de Julho de 2021, que "Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para o Exercício de 2022, e dá Outras Providências." e na Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2.021, que "Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais Para o Quadriênio 2.022 a 2.025 e dá Outras Providências.".

**Art. 4º.** Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao poder executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que se fizerem necessárias.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Dores do Indaiá, 17 de Janeiro de 2.022.

ALEXANDRO COËLHO FERREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

DEIVERTON MARCOS FIÚZA  
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



# Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

## Gabinete do Prefeito

Ofício n.º: 035/2022/GP/PMDI

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Ordinária

Data: 17/01/2.022

Ref.: Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022

Senhor (a) Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência,  
para submetê-lo à aprovação, o Projeto de Lei Ordinária abaixo:

**01) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 017/2022, DE  
17 DE JANEIRO DE 2.022 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E  
SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE  
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022 ora apresentado, objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento a fim de viabilizar ações governamentais de Saúde destinadas à manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG n.º 7.857 de 17 de Novembro de 2021.

A abertura de crédito suplementar está prevista no inciso I do artigo 41, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações e depende da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa, sendo que no caso presente, serão utilizados, são do saldo do Superávit Financeiro apurado por fontes de recursos repassados no exercício de 2021.

Os créditos suplementares e especiais serão sempre autorizados previamente por lei e abertos por decreto do Executivo, conforme estabelece o artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo as condições básicas para tanto a prévia autorização legislativa e a indicação dos recursos, por isso também a necessidade de autorização para que haja a inerente abertura do crédito.



# Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

## Gabinete do Prefeito

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e ilustres pares para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários durante a tramitação do presente Projeto de Lei, esperando contar com o apoio indispensável para a sua aprovação imediata.

Diante do exposto, pela urgência e pelo interesse público relevante de que se reveste a presente iniciativa, confio na aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022, em caráter urgente/urgentíssimo, requerendo a designação de reunião extraordinária, para apreciação, discussão e votação do presente projeto de lei, nos termos do art. 20, § 2º, inciso II, art. 42, inciso V e art. 54, *caput*, todos da Lei Orgânica do Município de Dores do Indaiá e nos termos do art. 150, *caput*, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

No ensejo, renovo a V. Exa. e a seus Ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração.

Dores do Indaiá - MG, 17 de Janeiro de 2.022.

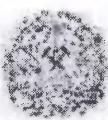
**ALEXANDRO COËLHO FERREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL**

|  |                |
|--|----------------|
| RECEBI A 1ª VIA                            |                |
| Em   | 20 / 01 / 2022 |
| às   | 11:45 horas.   |
| Protocolo nº                               | 17/2022        |
| Eliana A. Vieira - Diretora do Legislativo |                |

**Exmo. Sr.**

**José Ailton de Souza**

**Presidente da Câmara Municipal de Dores do Indaiá**



**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG N° 3.614, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Aprova o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**DELIBERA:**

Art. 1º – Fica aprovado o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.614, DE 17 DE NOVEMBRO  
DE 2021 (disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib) ).**

**RESOLVE:**

Art. 1º – Dispor sobre o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional dos Municípios relacionados no Anexo II desta Resolução.

Art. 2º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser utilizado pelo Município em ações e serviços de saúde desempenhadas pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde no período de 24 (vinte quatro) meses.

§ 1º – As ações e serviços de Atenção Primária à Saúde mencionadas no *caput* deste artigo devem observar, no que tange ao aspecto assistencial, as diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

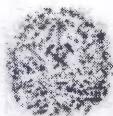
§ 2º - Para efeito desta Resolução, recomenda-se que o incentivo seja destinado para eixos de atividades a serem desempenhadas pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da APS, atuando pelas seguintes estratégias:

I - clínica ampliada, discussão de casos, atendimento individual e compartilhado, interconsulta, construção conjunta de projetos terapêuticos, educação permanente, ações intersetoriais, ações de educação em saúde, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde pautadas na promoção da equidade em saúde e de forma intra e intersetorial, dentre outras; e

II – ações desenvolvidas na APS direcionadas a síndrome pós COVID-19.

§ 3º - Poderão compor o apoio multiprofissional as ocupações do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) na área da saúde: assistente social, biomédico, profissionais da educação física, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico acupunturista, médico clínico, médico do trabalho, médico geriatra, médico ginecologista e obstetra, médico pediatra, médico homeopata, médico psiquiatra, nutricionista, psicólogo, sanitarista, terapeuta ocupacional, dentre outros conforme necessidade do território.

Art. 3º – O valor global do incentivo financeiro de que trata esta Resolução perfaz o montante de R\$ 439.999.999,78 (quatrocentos e trinta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos) e correrão à conta da dotação orçamentária nº 4291.10.301.159.4460.0001 - 334141 - 10.1.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

máxima financiável pela carga horária e o parâmetro populacional descrita no Quadro 03 do Anexo I desta Resolução; e

II - a multiplicação dos valores per capita estabelecidos no Quadro 04 do Anexo I, conforme Fator de Alocação de recursos financeiros para Atenção à Saúde, elaborado e atualizado pela Fundação João Pinheiro pela estimativa da população dos municípios, de acordo com os dados populacionais atualizados e divulgados pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º - Para os municípios com população IBGE inferior a 7000 (sete mil) habitantes, apenas para a finalidade de cálculo do valor global deste incentivo, considerou-se todos estes com a população de 7.000 habitantes.

§ 3º - Para efeitos de monitoramento, será considerado o indicador descrito na ficha técnica disponível no Anexo III desta Resolução.

**Art. 6º – O Município terá o prazo de 24 (vinte quatro) meses para executar o incentivo financeiro, a partir de seu recebimento.**

**Art. 7º – O processo de acompanhamento do incentivo financeiro de que trata esta Resolução será realizado nos termos do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, da Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020 e Anexo II desta Resolução.**

**Art. 8º – Em até 90 (noventa) dias após o final da vigência dos termos de compromisso, os beneficiários do incentivo financeiro previsto nesta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES, em conformidade com o Decreto Estadual nº 45.468/2010 e Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou com Regulamento (s) que vier(em) a substitui-lo (s).**

**Art. 9º – Os beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.**

**§ 1º – Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da**

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.857, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO INCENTIVO**

**QUADRO 01: CATEGORIAS PROFISSIONAIS E CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO (CBO)**

| CATEGORIA PROFISSIONAL           | CÓDIGO CBO |
|----------------------------------|------------|
| ASSISTENTE SOCIAL                | 251605     |
| BIOMÉDICO                        | 221205     |
| PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA | 2241*      |
| FARMACÊUTICO                     | 2234*      |
| FISIOTERAPEUTA                   | 2236*      |
| FONOAUDIÓLOGO                    | 2238*      |
| MÉDICO ACUPUNTURISTA             | 225105     |
| MÉDICO CLÍNICO                   | 225125     |
| MÉDICO DO TRABALHO               | 225140     |
| MÉDICO GERIATRA                  | 225180     |
| MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA  | 225250     |
| MÉDICO PEDIATRA                  | 225124     |
| MÉDICO HOMEOPATA                 | 225195     |
| MÉDICO PSIQUIATRA                | 225133     |
| NUTRICIONISTA                    | 223710     |
| PSICÓLOGO                        | 2515*      |
| SANITARISTA                      | 1312C1     |
| TERAPEUTA OCUPACIONAL            | 223905     |

**QUADRO 02: CARGA HORÁRIA MÁXIMA**

| PARÂMETRO POPULACIONAL  | CARGA HORÁRIA MÁXIMA FINANCIÁVEL |
|---|----------------------------------|
| Municípios com população até 7.000 habitantes                   | 160                              |
| Municípios com população maior que 7.000 até 21.000 habitantes  | 320                              |
| Municípios com população maior que 21.000 até 51.000 habitantes | 440                              |

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

| profissionais cadastrados no CNES |                |
|-----------------------------------|----------------|
| 0% até menor que 20%              | R\$ 470.000,00 |
| 20% até menor que 40%             | R\$ 500.000,00 |
| 40% até menor que 60%             | R\$ 530.000,00 |
| 60% até menor que 80%             | R\$ 560.000,00 |
| 80% até menor que 100%            | R\$ 594.858,66 |

**QUADRO 04: VALORES PER CAPITA**

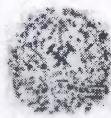
| Fator de alocação | Valor per capita |
|-------------------|------------------|
| 1                 | R\$ 5,00         |
| 2                 | R\$ 8,00         |
| 3                 | R\$ 12,00        |
| 4                 | R\$ 15,00        |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                        |        |   |     |      |       |                  |
|--------|------------------------|--------|---|-----|------|-------|------------------|
| 310190 | Alpinópolis            | 19853  | 1 | 320 | 321  | 100   | R\$ 470.265,00   |
| 310200 | Alterosa               | 14466  | 2 | 320 | 30   | 9.375 | R\$ 355.728,00   |
| 310205 | Alto Caparaó           | 5847   | 3 | 160 | 310  | 100   | R\$ 365.000,00   |
| 310210 | Alto Rio Doce          | 11000  | 4 | 320 | 376  | 100   | R\$ 536.000,00   |
| 310220 | Alvarenga              | 3907   | 4 | 160 | 120  | 75    | R\$ 355.000,00   |
| 310230 | Alvinópolis            | 15203  | 1 | 320 | 420  | 100   | R\$ 447.015,00   |
| 310240 | Alvorada de Minas      | 3606   | 4 | 160 | 320  | 100   | R\$ 386.000,00   |
| 310250 | Amparo do Serra        | 4713   | 3 | 160 | 150  | 93,75 | R\$ 365.000,00   |
| 310260 | Andradas               | 41077  | 1 | 440 | 472  | 100   | R\$ 626.385,00   |
| 310270 | Cachoeira de Pajeú     | 9412   | 4 | 320 | 320  | 100   | R\$ 512.180,00   |
| 310280 | Andrelândia            | 12224  | 2 | 320 | 140  | 43,75 | R\$ 397.792,00   |
| 310285 | Angelândia             | 8520   | 4 | 320 | 180  | 56,25 | R\$ 427.800,00   |
| 310290 | Antônio Carlos         | 11445  | 1 | 320 | 220  | 68,75 | R\$ 397.225,00   |
| 310300 | Antônio Dias           | 9318   | 2 | 320 | 428  | 100   | R\$ 445.544,00   |
| 310310 | Antônio Prado de Minas | 1598   | 3 | 160 | 165  | 100   | R\$ 365.000,00   |
| 310320 | Araçáí                 | 2347   | 2 | 160 | 136  | 85    | R\$ 337.000,00   |
| 310330 | Aracitaba              | 2063   | 3 | 160 | 208  | 100   | R\$ 365.000,00   |
| 310340 | Araçuaí                | 36708  | 3 | 440 | 510  | 100   | R\$ 861.496,00   |
| 310350 | Araguari               | 117267 | 1 | 640 | 1570 | 100   | R\$ 1.181.193,66 |
| 310360 | Arantina               | 2795   | 2 | 160 | 216  | 100   | R\$ 337.000,00   |
| 310370 | Araponga               | 8439   | 4 | 320 | 390  | 100   | R\$ 497.585,00   |
| 310375 | Araporã                | 6869   | 1 | 160 | 190  | 100   | R\$ 316.000,00   |
| 310380 | Arapuá                 | 2834   | 1 | 160 | 264  | 100   | R\$ 316.000,00   |
| 310390 | Araújos                | 9273   | 1 | 320 | 196  | 61,25 | R\$ 386.365,00   |
| 310400 | Araxá                  | 106229 | 1 | 640 | 1891 | 100   | R\$ 1.126.003,66 |
| 310410 | Arceburgo              | 10772  | 1 | 320 | 353  | 100   | R\$ 424.860,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                       |        |   |     |      |             |                  |
|--------|-----------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 310670 | Betim                 | 439340 | 1 | 640 | 4819 | 100         | R\$ 2.791.558,66 |
| 310680 | Bias Fortes           | 3379   | 4 | 160 | 180  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 310690 | Bicas                 | 14494  | 1 | 320 | 80   | 25          | R\$ 342.470,00   |
| 310700 | Biquinhas             | 2515   | 2 | 160 | 99   | 61,875      | R\$ 306.000,00   |
| 310710 | Boa Esperança         | 40127  | 1 | 440 | 874  | 100         | R\$ 621.635,00   |
| 310720 | Bocaina de Minas      | 5090   | 3 | 160 | 320  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 310730 | Bocaiúva              | 49979  | 2 | 440 | 446  | 100         | R\$ 820.832,00   |
| 310740 | Bom Despacho          | 50605  | 1 | 440 | 882  | 100         | R\$ 674.025,00   |
| 310750 | Bom Jardim de Minas   | 6474   | 2 | 160 | 190  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 310760 | Bom Jesus da Penha    | 4217   | 2 | 160 | 80   | 50          | R\$ 276.000,00   |
| 310770 | Bom Jesus do Amparo   | 6083   | 3 | 160 | 184  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 310780 | Bom Jesus do Galho    | 14935  | 4 | 320 | 560  | 100         | R\$ 595.025,00   |
| 310790 | Bom Repouso           | 10547  | 3 | 320 | 362  | 100         | R\$ 497.564,00   |
| 310800 | Bom Sucesso           | 17603  | 2 | 320 | 474  | 100         | R\$ 511.824,00   |
| 310810 | Bonfim                | 6868   | 2 | 160 | 140  | 87,5        | R\$ 337.000,00   |
| 310820 | Bonfinópolis de Minas | 5493   | 3 | 160 | 240  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 310825 | Bonito de Minas       | 11230  | 4 | 320 | 390  | 100         | R\$ 539.450,00   |
| 310830 | Borda da Mata         | 19412  | 1 | 320 | 236  | 73,75       | R\$ 437.060,00   |
| 310840 | Botelhos              | 14971  | 2 | 320 | 247  | 77,1875     | R\$ 459.768,00   |
| 310850 | Botumirim             | 6319   | 4 | 160 | 250  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 310855 | Brasilândia de Minas  | 16538  | 3 | 320 | 230  | 71,875      | R\$ 538.456,00   |
| 310860 | Brasília de Minas     | 32347  | 3 | 440 | 120  | 27,27272727 | R\$ 708.164,00   |
| 310870 | Brás Pires            | 4333   | 4 | 160 | 247  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 310880 | Braúnas               | 4801   | 4 | 160 | 230  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 310890 | Brasópolis            | 14459  | 2 | 320 | 372  | 100         | R\$ 486.672,00   |
| 310900 | Brumadinho            | 40103  | 1 | 440 | 683  | 100         | R\$ 621.515,00   |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

|        |                 |       |   |     |      |             |                |
|--------|-----------------|-------|---|-----|------|-------------|----------------|
| 311140 | Campo Florido   | 8151  | 1 | 320 | 120  | 37,5        | R\$ 310.755,00 |
| 311150 | Campos Altos    | 15461 | 2 | 320 | 76   | 23,75       | R\$ 393.688,00 |
| 311160 | Campos Gerais   | 28774 | 2 | 440 | 250  | 56,81818182 | R\$ 580.192,00 |
| 311170 | Canaã           | 4563  | 4 | 160 | 340  | 100         | R\$ 386.000,00 |
| 311180 | Canápolis       | 12150 | 1 | 320 | 422  | 100         | R\$ 431.750,00 |
| 311190 | Cana Verde      | 5603  | 3 | 160 | 110  | 68,75       | R\$ 334.000,00 |
| 311200 | Candeias        | 14886 | 2 | 320 | 260  | 81,25       | R\$ 490.088,00 |
| 311205 | Cantagalo       | 4525  | 3 | 160 | 286  | 100         | R\$ 365.000,00 |
| 311210 | Caparaó         | 5438  | 3 | 160 | 232  | 100         | R\$ 365.000,00 |
| 311220 | Capela Nova     | 4653  | 3 | 160 | 320  | 100         | R\$ 365.000,00 |
| 311230 | Capelinha       | 37784 | 3 | 440 | 686  | 100         | R\$ 874.408,00 |
| 311240 | Capetinga       | 6920  | 2 | 160 | 230  | 100         | R\$ 337.000,00 |
| 311250 | Capim Branco    | 9754  | 2 | 320 | 240  | 75          | R\$ 418.032,00 |
| 311260 | Capinópolis     | 16173 | 1 | 320 | 300  | 93,75       | R\$ 451.865,00 |
| 311265 | Capitão Andrade | 5468  | 3 | 160 | 100  | 62,5        | R\$ 334.000,00 |
| 311270 | Capitão Enéas   | 15234 | 3 | 320 | 330  | 100         | R\$ 553.808,00 |
| 311280 | Capitolio       | 8632  | 1 | 320 | 110  | 34,375      | R\$ 313.160,00 |
| 311290 | Caputira        | 9298  | 4 | 320 | 250  | 78,125      | R\$ 479.470,00 |
| 311300 | Carai           | 23685 | 4 | 440 | 354  | 80,45454545 | R\$ 776.275,00 |
| 311310 | Caranaíba       | 3183  | 4 | 160 | 240  | 100         | R\$ 386.000,00 |
| 311320 | Carandaí        | 25501 | 1 | 440 | 266  | 60,45454545 | R\$ 517.505,00 |
| 311330 | Carangola       | 33000 | 1 | 440 | 210  | 47,72727273 | R\$ 515.000,00 |
| 311340 | Caratinga       | 92062 | 1 | 520 | 1290 | 100         | R\$ 941.310,00 |
| 311350 | Carbonita       | 9405  | 3 | 320 | 200  | 62,5        | R\$ 452.860,00 |
| 311360 | Careaçu         | 6757  | 3 | 160 | 210  | 100         | R\$ 365.000,00 |
| 311370 | Carlos Chagas   | 18837 | 3 | 320 | 318  | 99,375      | R\$ 597.044,00 |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                          |       |   |     |     |             |                |
|--------|--------------------------|-------|---|-----|-----|-------------|----------------|
| 311600 | Chalé                    | 5704  | 2 | 160 | 312 | 100         | R\$ 337.000,00 |
| 311610 | Chapada do Norte         | 15356 | 4 | 320 | 510 | 100         | R\$ 601.340,00 |
| 311615 | Chapada Gaúcha           | 13680 | 4 | 320 | 160 | 50          | R\$ 505.200,00 |
| 311620 | Chiador                  | 2687  | 3 | 160 | 160 | 100         | R\$ 365.000,00 |
| 311630 | Cipotânea                | 6787  | 4 | 160 | 115 | 71.875      | R\$ 355.000,00 |
| 311640 | Claraval                 | 4843  | 2 | 160 | 390 | 100         | R\$ 337.000,00 |
| 311650 | Claro dos Poções         | 7551  | 3 | 320 | 190 | 59.375      | R\$ 390.612,00 |
| 311660 | Cláudio                  | 28617 | 1 | 440 | 350 | 79.54545455 | R\$ 533.085,00 |
| 311670 | Coimbra                  | 7556  | 2 | 320 | 160 | 50          | R\$ 360.448,00 |
| 311680 | Coluna                   | 8873  | 4 | 320 | 80  | 25          | R\$ 403.095,00 |
| 311690 | Comendador Gomes         | 3111  | 1 | 160 | 392 | 100         | R\$ 316.000,00 |
| 311700 | Comercinho               | 6929  | 4 | 160 | 234 | 100         | R\$ 386.000,00 |
| 311710 | Conceição da Aparecida   | 10292 | 2 | 320 | 69  | 21.5625     | R\$ 352.336,00 |
| 311720 | Conceição das Pedras     | 2812  | 2 | 160 | 140 | 87,5        | R\$ 337.000,00 |
| 311730 | Conceição das Alagoas    | 27893 | 1 | 440 | 350 | 79.54545455 | R\$ 529.465,00 |
| 311740 | Conceição de Ipanema     | 4574  | 4 | 160 | 240 | 100         | R\$ 386.000,00 |
| 311750 | Conceição do Mato Dentro | 17842 | 2 | 320 | 280 | 87,5        | R\$ 513.736,00 |
| 311760 | Conceição do Pará        | 5507  | 1 | 160 | 262 | 100         | R\$ 316.000,00 |
| 311770 | Conceição do Rio Verde   | 13638 | 2 | 320 | 25  | 7.8125      | R\$ 349.104,00 |
| 311780 | Conceição dos Ouros      | 11638 | 1 | 320 | 40  | 12,5        | R\$ 298.190,00 |
| 311783 | Cônego Marinho           | 7642  | 4 | 320 | 480 | 100         | R\$ 485.630,00 |
| 311787 | Confins                  | 6730  | 1 | 160 | 556 | 100         | R\$ 316.000,00 |
| 311790 | Congonhal                | 11950 | 1 | 320 | 452 | 100         | R\$ 430.750,00 |
| 311800 | Congonhas                | 54762 | 1 | 520 | 601 | 100         | R\$ 754.810,00 |
| 311810 | Congonhas do Norte       | 5045  | 4 | 160 | 198 | 100         | R\$ 386.000,00 |
| 311820 | Conquista                | 6939  | 1 | 160 | 130 | 81,25       | R\$ 316.000,00 |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                          |       |   |     |      |         |                |
|--------|--------------------------|-------|---|-----|------|---------|----------------|
| 312500 | Ewbank da Câmara         | 3913  | 3 | 160 | 272  | 100     | R\$ 365.000,00 |
| 312510 | Extrema                  | 36225 | 1 | 440 | 746  | 100     | R\$ 602.125,00 |
| 312520 | Fama                     | 2377  | 2 | 160 | 145  | 90,625  | R\$ 337.000,00 |
| 312530 | Faria Lemos              | 3241  | 2 | 160 | 124  | 77,5    | R\$ 306.000,00 |
| 312540 | Felício dos Santos       | 4753  | 4 | 160 | 380  | 100     | R\$ 386.000,00 |
| 312550 | São Gonçalo do Rio Preto | 3167  | 3 | 160 | 234  | 100     | R\$ 365.000,00 |
| 312560 | Felisburgo               | 7457  | 4 | 320 | 260  | 81,25   | R\$ 482.855,00 |
| 312570 | Felixlândia              | 15336 | 3 | 320 | 431  | 100     | R\$ 555.032,00 |
| 312580 | Fernandes Tourinho       | 3431  | 3 | 160 | 210  | 100     | R\$ 365.000,00 |
| 312590 | Ferros                   | 9820  | 4 | 320 | 320  | 100     | R\$ 518.300,00 |
| 312595 | Fervedouro               | 11006 | 4 | 320 | 265  | 82.8125 | R\$ 536.090,00 |
| 312600 | Florestal                | 7461  | 2 | 320 | 0    | 0       | R\$ 299.688,00 |
| 312610 | Formiga                  | 67683 | 1 | 520 | 1108 | 100     | R\$ 819.415,00 |
| 312620 | Formoso                  | 9562  | 3 | 320 | 260  | 81,25   | R\$ 485.744,00 |
| 312630 | Fortaleza de Minas       | 4412  | 1 | 160 | 80   | 50      | R\$ 255.000,00 |
| 312640 | Fortuna de Minas         | 2947  | 3 | 160 | 200  | 100     | R\$ 365.000,00 |
| 312650 | Francisco Badaró         | 10332 | 4 | 320 | 300  | 93,75   | R\$ 525.980,00 |
| 312660 | Francisco Dumont         | 5215  | 4 | 160 | 360  | 100     | R\$ 386.000,00 |
| 312670 | Francisco Sá             | 26277 | 4 | 440 | 530  | 100     | R\$ 815.155,00 |
| 312675 | Franciscópolis           | 5391  | 4 | 160 | 280  | 100     | R\$ 386.000,00 |
| 312680 | Frei Gaspar              | 5880  | 4 | 160 | 320  | 100     | R\$ 386.000,00 |
| 312690 | Frei Inocêncio           | 9611  | 2 | 320 | 300  | 93,75   | R\$ 447.888,00 |
| 312695 | Frei Lagonegro           | 3478  | 4 | 160 | 120  | 75      | R\$ 355.000,00 |
| 312700 | Fronteira                | 18103 | 1 | 320 | 68   | 21,25   | R\$ 360.515,00 |
| 312705 | Fronteira dos Vales      | 4581  | 4 | 160 | 160  | 100     | R\$ 386.000,00 |
| 312707 | Fruta de Leite           | 5369  | 4 | 160 | 250  | 100     | R\$ 386.000,00 |

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

|        |                   |        |   |     |     |             |                  |
|--------|-------------------|--------|---|-----|-----|-------------|------------------|
| 312920 | Heliodora         | 6558   | 2 | 160 | 90  | 56,25       | R\$ 276.000,00   |
| 312930 | Iapu              | 11004  | 3 | 320 | 160 | 50          | R\$ 432.048,00   |
| 312940 | Ibertioga         | 5021   | 4 | 160 | 240 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 312950 | Ibiá              | 25199  | 1 | 440 | 238 | 54,09090909 | R\$ 475.995,00   |
| 312960 | Ibiaí             | 8395   | 4 | 320 | 170 | 53,125      | R\$ 425.925,00   |
| 312965 | Ibiracatu         | 5400   | 4 | 160 | 240 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 312970 | Ibiraci           | 13828  | 2 | 320 | 228 | 71,25       | R\$ 450.624,00   |
| 312980 | Ibirité           | 180204 | 1 | 640 | 704 | 100         | R\$ 1.495.878,66 |
| 312990 | Ibitiúra de Minas | 3488   | 2 | 160 | 194 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313000 | Ibituruna         | 2989   | 3 | 160 | 190 | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313005 | Icarai de Minas   | 11990  | 4 | 320 | 294 | 91,875      | R\$ 550.850,00   |
| 313010 | Igarapé           | 43045  | 1 | 440 | 62  | 14,09090909 | R\$ 505.225,00   |
| 313020 | Igaratinga        | 10860  | 1 | 320 | 592 | 100         | R\$ 425.300,00   |
| 313030 | Iguatama          | 7947   | 1 | 320 | 84  | 26,25       | R\$ 309.735,00   |
| 313040 | Ijaci             | 6550   | 1 | 160 | 320 | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 313050 | Ilicínea          | 12375  | 2 | 320 | 455 | 100         | R\$ 470.000,00   |
| 313055 | Imbé de Minas     | 6903   | 4 | 160 | 424 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313060 | Inconfidentes     | 7328   | 2 | 320 | 270 | 84,375      | R\$ 429.624,00   |
| 313065 | Indaiabira        | 7351   | 4 | 320 | 228 | 71,25       | R\$ 450.265,00   |
| 313070 | Indianópolis      | 6891   | 2 | 160 | 471 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313080 | Ingáí             | 2767   | 2 | 160 | 140 | 87,5        | R\$ 337.000,00   |
| 313090 | Inhapim           | 24140  | 3 | 440 | 720 | 100         | R\$ 710.680,00   |
| 313100 | Inhaúma           | 6271   | 2 | 160 | 211 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313110 | Inimutaba         | 7515   | 3 | 320 | 220 | 68,75       | R\$ 430.180,00   |
| 313115 | Ipaba             | 18607  | 3 | 320 | 434 | 100         | R\$ 594.284,00   |
| 313120 | Ipanema           | 19861  | 2 | 320 | 342 | 100         | R\$ 529.888,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                   |        |   |     |      |             |                  |
|--------|-------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 313380 | Itaúna            | 93214  | 1 | 520 | 124  | 23,84615385 | R\$ 846.070,00   |
| 313390 | Itaverava         | 5419   | 4 | 160 | 330  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313400 | Itinga            | 14990  | 3 | 320 | 140  | 43,75       | R\$ 479.880,00   |
| 313410 | Itueta            | 6051   | 3 | 160 | 320  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313420 | Ituiutaba         | 104671 | 1 | 640 | 736  | 100         | R\$ 1.118.213,66 |
| 313430 | Itumirim          | 6023   | 3 | 160 | 234  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313440 | Iturama           | 39263  | 1 | 440 | 481  | 100         | R\$ 617.315,00   |
| 313450 | Itutinga          | 3788   | 3 | 160 | 168  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313460 | Jaboticatubas     | 20143  | 3 | 320 | 500  | 100         | R\$ 612.716,00   |
| 313470 | Jacinto           | 12326  | 4 | 320 | 232  | 72,5        | R\$ 524.890,00   |
| 313480 | Jacuí             | 7686   | 3 | 320 | 150  | 46,875      | R\$ 392.232,00   |
| 313490 | Jacutinga         | 25979  | 1 | 440 | 0    | 0           | R\$ 419.895,00   |
| 313500 | Jaguaraçu         | 3133   | 1 | 160 | 230  | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 313505 | Jaíba             | 38909  | 3 | 440 | 597  | 100         | R\$ 887.908,00   |
| 313507 | Jampruca          | 5404   | 4 | 160 | 210  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313510 | Janaúba           | 71648  | 3 | 520 | 1250 | 100         | R\$ 1.340.776,00 |
| 313520 | Januária          | 67742  | 3 | 520 | 182  | 35          | R\$ 1.192.904,00 |
| 313530 | Japaraíba         | 4350   | 2 | 160 | 158  | 98,75       | R\$ 337.000,00   |
| 313535 | Japonvar          | 7969   | 4 | 320 | 150  | 46,875      | R\$ 419.535,00   |
| 313540 | Jeceaba           | 4912   | 1 | 160 | 562  | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 313545 | Jenipapo de Minas | 7692   | 4 | 320 | 240  | 75          | R\$ 455.380,00   |
| 313550 | Jequeri           | 12386  | 3 | 320 | 464  | 100         | R\$ 519.632,00   |
| 313560 | Jequitáí          | 7531   | 4 | 320 | 262  | 81,875      | R\$ 483.965,00   |
| 313570 | Jequitibá         | 5211   | 3 | 160 | 412  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313580 | Jequitinhonha     | 25391  | 4 | 440 | 434  | 98,63636364 | R\$ 801.865,00   |
| 313590 | Jesuânia          | 4787   | 3 | 160 | 242  | 100         | R\$ 365.000,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                        |        |   |     |      |             |                  |
|--------|------------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 313800 | Laranjal               | 6810   | 2 | 160 | 310  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313810 | Lassance               | 6512   | 4 | 160 | 330  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313820 | Lavras                 | 103773 | 1 | 640 | 1069 | 100         | R\$ 1.113.723,66 |
| 313830 | Leandro Ferreira       | 3229   | 3 | 160 | 112  | 70          | R\$ 334.000,00   |
| 313835 | Leme do Prado          | 4918   | 3 | 160 | 260  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 313840 | Leopoldina             | 52587  | 1 | 520 | 160  | 30,76923077 | R\$ 642.935,00   |
| 313850 | Liberdade              | 5069   | 2 | 160 | 170  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313860 | Lima Duarte            | 16698  | 2 | 320 | 332  | 100         | R\$ 504.584,00   |
| 313862 | Limeira do Oeste       | 7536   | 2 | 320 | 210  | 65.625      | R\$ 400.288,00   |
| 313865 | Lontra                 | 9661   | 4 | 320 | 223  | 69.6875     | R\$ 484.915,00   |
| 313867 | Luisburgo              | 6266   | 4 | 160 | 304  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313868 | Luislândia             | 6699   | 4 | 160 | 220  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313870 | Luminárias             | 5446   | 2 | 160 | 366  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313880 | Luz                    | 18215  | 1 | 320 | 196  | 61,25       | R\$ 431.075,00   |
| 313890 | Machacalis             | 7111   | 3 | 320 | 170  | 53.125      | R\$ 385.332,00   |
| 313900 | Machado                | 42133  | 1 | 440 | 405  | 92.04545455 | R\$ 631.665,00   |
| 313910 | Madre de Deus de Minas | 5098   | 2 | 160 | 180  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 313920 | Malacacheta            | 18650  | 4 | 320 | 240  | 75          | R\$ 619.750,00   |
| 313925 | Mamonas                | 6543   | 4 | 160 | 214  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 313930 | Manga                  | 18407  | 4 | 320 | 192  | 60          | R\$ 616.105,00   |
| 313940 | Manhuaçu               | 90229  | 2 | 520 | 524  | 100         | R\$ 1.202.832,00 |
| 313950 | Manhumirim             | 22707  | 2 | 440 | 280  | 63,63636364 | R\$ 571.656,00   |
| 313960 | Mantena                | 27644  | 2 | 440 | 140  | 31,81818182 | R\$ 541.152,00   |
| 313970 | Maravilhas             | 7976   | 2 | 320 | 256  | 80          | R\$ 434.808,00   |
| 313980 | Mar de Espanha         | 12814  | 1 | 320 | 156  | 48,75       | R\$ 364.070,00   |
| 313990 | Maria da Fé            | 14095  | 3 | 320 | 420  | 100         | R\$ 540.140,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                        |        |   |     |      |             |                  |
|--------|------------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 312060 | Crucilândia            | 5034   | 2 | 160 | 70   | 43,75       | R\$ 276.000,00   |
| 312070 | Cruzeiro da Fortaleza  | 3626   | 2 | 160 | 293  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 312080 | Cruzília               | 15417  | 2 | 320 | 286  | 89,375      | R\$ 494.336,00   |
| 312083 | Cuparaque              | 4982   | 3 | 160 | 260  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 312087 | Curral de Dentro       | 7729   | 4 | 320 | 340  | 100         | R\$ 486.935,00   |
| 312090 | Curvelo                | 80129  | 1 | 520 | 730  | 100         | R\$ 881.645,00   |
| 312100 | Datas                  | 5410   | 3 | 160 | 390  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 312110 | Delfim Moreira         | 8025   | 2 | 320 | 200  | 62,5        | R\$ 404.200,00   |
| 312120 | Delfinópolis           | 7114   | 2 | 320 | 150  | 46,875      | R\$ 356.912,00   |
| 312125 | Delta                  | 10533  | 1 | 320 | 286  | 89,375      | R\$ 423.665,00   |
| 312130 | Descoberto             | 5013   | 2 | 160 | 170  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 312140 | Desterro de Entre Rios | 7243   | 3 | 320 | 362  | 100         | R\$ 457.916,00   |
| 312150 | Desterro do Melo       | 2901   | 3 | 160 | 224  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 312160 | Diamantina             | 47723  | 2 | 440 | 360  | 81,81818182 | R\$ 802.784,00   |
| 312170 | Diogo de Vasconcelos   | 3802   | 4 | 160 | 144  | 90          | R\$ 386.000,00   |
| 312180 | Dionísio               | 7729   | 3 | 320 | 280  | 87,5        | R\$ 463.748,00   |
| 312190 | Divinésia              | 3417   | 2 | 160 | 356  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 312200 | Divino                 | 19931  | 3 | 320 | 470  | 100         | R\$ 610.172,00   |
| 312210 | Divino das Laranjeiras | 4979   | 3 | 160 | 80   | 50          | R\$ 304.000,00   |
| 312220 | Divinolândia de Minas  | 7571   | 4 | 320 | 240  | 75          | R\$ 453.565,00   |
| 312230 | Divinópolis            | 238230 | 1 | 640 | 2792 | 100         | R\$ 1.786.008,66 |
| 312235 | Dívisa Alegre          | 6786   | 2 | 160 | 180  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 312240 | Dívisa Nova            | 6011   | 3 | 160 | 40   | 25          | R\$ 274.000,00   |
| 312245 | Divisópolis            | 11019  | 4 | 320 | 80   | 25          | R\$ 435.285,00   |
| 312247 | Dom Bosco              | 3677   | 3 | 160 | 156  | 97,5        | R\$ 365.000,00   |
| 312250 | Dom Cavati             | 5072   | 2 | 160 | 240  | 100         | R\$ 337.000,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                       |        |   |     |      |             |                  |
|--------|-----------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 314220 | Miraiá                | 15014  | 1 | 320 | 140  | 43,75       | R\$ 375.070,00   |
| 314225 | Miravânia             | 4888   | 4 | 160 | 120  | 75          | R\$ 355.000,00   |
| 314230 | Moeda                 | 4919   | 3 | 160 | 132  | 82,5        | R\$ 365.000,00   |
| 314240 | Moema                 | 7517   | 2 | 320 | 260  | 81,25       | R\$ 431.136,00   |
| 314250 | Monjolos              | 2220   | 4 | 160 | 220  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314260 | Monsenhor Paulo       | 8688   | 1 | 320 | 40   | 12,5        | R\$ 283.440,00   |
| 314270 | Montalvânia           | 14877  | 4 | 320 | 380  | 100         | R\$ 594.155,00   |
| 314280 | Monte Alegre de Minas | 21120  | 2 | 440 | 260  | 59,09090909 | R\$ 518.960,00   |
| 314290 | Monte Azul            | 20854  | 3 | 320 | 580  | 100         | R\$ 621.248,00   |
| 314300 | Monte Belo            | 13166  | 1 | 320 | 229  | 71.5625     | R\$ 405.830,00   |
| 314310 | Monte Carmelo         | 47809  | 1 | 440 | 550  | 100         | R\$ 660.045,00   |
| 314315 | Monte Formoso         | 4906   | 4 | 160 | 125  | 78,125      | R\$ 355.000,00   |
| 314320 | Monte Santo de Minas  | 21524  | 1 | 440 | 228  | 51,81818182 | R\$ 457.620,00   |
| 314330 | Montes Claros         | 409341 | 1 | 640 | 3799 | 100         | R\$ 2.641.563,66 |
| 314340 | Monte Sião            | 23803  | 1 | 440 | 372  | 84.54545455 | R\$ 540.015,00   |
| 314345 | Montezuma             | 8249   | 4 | 320 | 411  | 100         | R\$ 494.735,00   |
| 314350 | Morada Nova de Minas  | 8863   | 2 | 320 | 165  | 51.5625     | R\$ 370.904,00   |
| 314360 | Morro da Garça        | 2462   | 4 | 160 | 140  | 87,5        | R\$ 386.000,00   |
| 314370 | Morro do Pilar        | 3182   | 4 | 160 | 180  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314380 | Munhoz                | 6029   | 3 | 160 | 154  | 96,25       | R\$ 365.000,00   |
| 314390 | Muriaé                | 108763 | 1 | 640 | 2334 | 100         | R\$ 1.138.673,66 |
| 314400 | Murum                 | 26979  | 3 | 440 | 753  | 100         | R\$ 744.748,00   |
| 314410 | Muzambinho            | 20569  | 1 | 320 | 140  | 43,75       | R\$ 402.845,00   |
| 314420 | Nacip Raydan          | 3220   | 4 | 160 | 120  | 75          | R\$ 355.000,00   |
| 314430 | Nanuque               | 40750  | 2 | 440 | 570  | 100         | R\$ 747.000,00   |
| 314435 | Naque                 | 6996   | 3 | 160 | 358  | 100         | R\$ 365.000,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                      |        |   |     |      |             |                  |
|--------|----------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 314610 | Ouro Preto           | 74281  | 1 | 520 | 1895 | 100         | R\$ 852.405,00   |
| 314620 | Ouro Verde de Minas  | 5934   | 4 | 160 | 255  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314625 | Padre Carvalho       | 6378   | 4 | 160 | 100  | 62,5        | R\$ 355.000,00   |
| 314630 | Padre Paraíso        | 20154  | 4 | 320 | 140  | 43,75       | R\$ 602.310,00   |
| 314640 | Paineiras            | 4486   | 2 | 160 | 528  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 314650 | Pains                | 8283   | 1 | 320 | 342  | 100         | R\$ 412.415,00   |
| 314655 | Pai Pedro            | 6089   | 4 | 160 | 200  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314660 | Paiva                | 1529   | 3 | 160 | 274  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 314670 | Palma                | 6616   | 3 | 160 | 190  | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 314675 | Palmópolis           | 5507   | 4 | 160 | 282  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314690 | Papagaios            | 15674  | 2 | 320 | 206  | 64,375      | R\$ 465.392,00   |
| 314700 | Paracatu             | 93158  | 1 | 520 | 424  | 81,53846154 | R\$ 946.790,00   |
| 314710 | Pará de Minas        | 93969  | 1 | 520 | 1260 | 100         | R\$ 950.845,00   |
| 314720 | Paraguaçu            | 21513  | 1 | 440 | 288  | 65.45454545 | R\$ 497.565,00   |
| 314730 | Paraisópolis         | 21083  | 1 | 440 | 20   | 4.545454545 | R\$ 395.415,00   |
| 314740 | Paraopeba            | 24540  | 2 | 440 | 334  | 75,90909091 | R\$ 586.320,00   |
| 314750 | Passabém             | 1649   | 4 | 160 | 123  | 76,875      | R\$ 355.000,00   |
| 314760 | Passa Quatro         | 16344  | 1 | 320 | 120  | 37,5        | R\$ 351.720,00   |
| 314770 | Passa Tempo          | 8084   | 1 | 320 | 190  | 59,375      | R\$ 340.420,00   |
| 314780 | Passa-Vinte          | 2039   | 2 | 160 | 136  | 85          | R\$ 337.000,00   |
| 314790 | Passos               | 114679 | 1 | 640 | 1052 | 100         | R\$ 1.168.253,66 |
| 314795 | Patis                | 5972   | 4 | 160 | 320  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 314800 | Patos de Minas       | 152488 | 1 | 640 | 1670 | 100         | R\$ 1.357.298,66 |
| 314810 | Patrocínio           | 90757  | 1 | 520 | 1807 | 100         | R\$ 934.785,00   |
| 314820 | Patrocínio do Muriaé | 5684   | 2 | 160 | 300  | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 314830 | Paula Cândido        | 9571   | 3 | 320 | 296  | 92,5        | R\$ 485.852,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

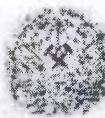
|        |                    |        |   |     |      |             |                  |
|--------|--------------------|--------|---|-----|------|-------------|------------------|
| 315053 | Pingo-D'água       | 4941   | 4 | 160 | 316  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 315057 | Pintópolis         | 7507   | 4 | 320 | 60   | 18,75       | R\$ 352.605,00   |
| 315060 | Piracema           | 6409   | 3 | 160 | 140  | 87,5        | R\$ 365.000,00   |
| 315070 | Pirajuba           | 6199   | 1 | 160 | 532  | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 315080 | Piranga            | 17626  | 3 | 320 | 307  | 95,9375     | R\$ 582.512,00   |
| 315090 | Piranguçu          | 5472   | 2 | 160 | 110  | 68,75       | R\$ 306.000,00   |
| 315100 | Piranguinho        | 8596   | 2 | 320 | 220  | 68,75       | R\$ 408.768,00   |
| 315110 | Pirapetinga        | 10752  | 1 | 320 | 272  | 85          | R\$ 424.760,00   |
| 315120 | Pirapora           | 56428  | 2 | 520 | 610  | 100         | R\$ 932.424,00   |
| 315130 | Piraúba            | 10787  | 2 | 320 | 200  | 62,5        | R\$ 426.296,00   |
| 315140 | Pitangui           | 27989  | 1 | 440 | 360  | 81,81818182 | R\$ 560.945,00   |
| 315150 | Piumhi             | 34691  | 1 | 440 | 1178 | 100         | R\$ 594.455,00   |
| 315160 | Planura            | 12133  | 1 | 320 | 764  | 100         | R\$ 431.665,00   |
| 315170 | Poço Fundo         | 16791  | 2 | 320 | 90   | 28,125      | R\$ 404.328,00   |
| 315180 | Poços de Caldas    | 167397 | 1 | 640 | 2616 | 100         | R\$ 1.431.843,66 |
| 315190 | Pocrane            | 8432   | 2 | 320 | 320  | 100         | R\$ 438.456,00   |
| 315200 | Pompéu             | 31812  | 2 | 440 | 270  | 61,36363636 | R\$ 644.496,00   |
| 315210 | Ponte Nova         | 59742  | 1 | 520 | 858  | 100         | R\$ 779.710,00   |
| 315213 | Ponto Chique       | 4261   | 4 | 160 | 190  | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 315217 | Ponto dos Volantes | 12121  | 4 | 320 | 48   | 15          | R\$ 421.815,00   |
| 315220 | Porteirinha        | 37906  | 4 | 440 | 730  | 100         | R\$ 989.590,00   |
| 315230 | Porto Firme        | 11279  | 4 | 320 | 432  | 100         | R\$ 540.185,00   |
| 315240 | Poté               | 16555  | 4 | 320 | 444  | 100         | R\$ 619.325,00   |
| 315250 | Pouso Alegre       | 150737 | 1 | 640 | 1542 | 100         | R\$ 1.348.543,66 |
| 315260 | Pouso Alto         | 5940   | 1 | 160 | 270  | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 315270 | Prados             | 9031   | 2 | 320 | 300  | 93,75       | R\$ 443.248,00   |

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                              |        |   |     |     |             |                  |
|--------|------------------------------|--------|---|-----|-----|-------------|------------------|
| 315520 | Rio Espera                   | 5474   | 4 | 160 | 152 | 95          | R\$ 386.000,00   |
| 315530 | Rio Manso                    | 5832   | 3 | 160 | 110 | 68,75       | R\$ 334.000,00   |
| 315540 | Rio Novo                     | 8949   | 2 | 320 | 140 | 43,75       | R\$ 371.592,00   |
| 315550 | Rio Paranaíba                | 12313  | 2 | 320 | 120 | 37,5        | R\$ 368.504,00   |
| 315560 | Rio Pardo de Minas           | 30914  | 4 | 440 | 740 | 100         | R\$ 884.710,00   |
| 315570 | Rio Piracicaba               | 14339  | 2 | 320 | 340 | 100         | R\$ 485.712,00   |
| 315580 | Rio Pomba                    | 17910  | 1 | 320 | 364 | 100         | R\$ 460.550,00   |
| 315590 | Rio Preto                    | 5476   | 2 | 160 | 80  | 50          | R\$ 276.000,00   |
| 315600 | Rio Vermelho                 | 12846  | 4 | 320 | 295 | 92,1875     | R\$ 563.690,00   |
| 315610 | Ritápolis                    | 4604   | 2 | 160 | 194 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 315620 | Rochedo de Minas             | 2305   | 2 | 160 | 166 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 315630 | Rodeiro                      | 8109   | 1 | 320 | 342 | 100         | R\$ 411.545,00   |
| 315640 | Romaria                      | 3533   | 2 | 160 | 314 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 315645 | Rosário da Limeira           | 4594   | 3 | 160 | 152 | 95          | R\$ 365.000,00   |
| 315650 | Rubelita                     | 5995   | 4 | 160 | 360 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 315660 | Rubim                        | 10241  | 4 | 320 | 180 | 56,25       | R\$ 453.615,00   |
| 315670 | Sabará                       | 136344 | 1 | 640 | 970 | 100         | R\$ 1.276.578,66 |
| 315680 | Sabinópolis                  | 15470  | 3 | 320 | 152 | 47,5        | R\$ 485.640,00   |
| 315690 | Sacramento                   | 26185  | 1 | 440 | 843 | 100         | R\$ 551.925,00   |
| 315700 | Salinas                      | 41527  | 2 | 440 | 837 | 100         | R\$ 753.216,00   |
| 315710 | Salto da Divisa              | 7009   | 4 | 320 | 180 | 56,25       | R\$ 405.135,00   |
| 315720 | Santa Bárbara                | 31324  | 1 | 440 | 300 | 68,18181818 | R\$ 546.620,00   |
| 315725 | Santa Bárbara do Leste       | 8147   | 3 | 320 | 210 | 65,625      | R\$ 437.764,00   |
| 315727 | Santa Bárbara do Monte Verde | 3150   | 3 | 160 | 100 | 62,5        | R\$ 334.000,00   |
| 315730 | Santa Bárbara do Tugúrio     | 4430   | 3 | 160 | 140 | 87,5        | R\$ 365.000,00   |
| 315733 | Santa Cruz de Minas          | 8604   | 1 | 320 | 210 | 65,625      | R\$ 383.020,00   |

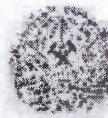
**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|        |                              |       |   |     |     |             |                  |
|--------|------------------------------|-------|---|-----|-----|-------------|------------------|
| 315960 | Santa Rita do Sapucai        | 43260 | 1 | 440 | 584 | 100         | R\$ 637.300,00   |
| 315970 | Santa Rosa da Serra          | 3350  | 3 | 160 | 410 | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 315980 | Santa Vitória                | 19742 | 1 | 320 | 210 | 65,625      | R\$ 438.710,00   |
| 315990 | Santo Antônio do Amparo      | 18525 | 3 | 320 | 270 | 84,375      | R\$ 593.300,00   |
| 316000 | Santo Antônio do Aventureiro | 3602  | 3 | 160 | 180 | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 316010 | Santo Antônio do Gramă       | 3911  | 1 | 160 | 212 | 100         | R\$ 316.000,00   |
| 316020 | Santo Antônio do Itambé      | 3838  | 4 | 160 | 240 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 316030 | Santo Antônio do Jacinto     | 11640 | 4 | 320 | 250 | 78,125      | R\$ 514.600,00   |
| 316040 | Santo Antônio do Monte       | 28243 | 1 | 440 | 275 | 62,5        | R\$ 531.215,00   |
| 316045 | Santo Antônio do Retiro      | 7277  | 4 | 320 | 190 | 59,375      | R\$ 409.155,00   |
| 316050 | Santo Antônio do Rio Abaixo  | 1765  | 4 | 160 | 161 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 316060 | Santo Hipólito               | 3087  | 3 | 160 | 80  | 50          | R\$ 304.000,00   |
| 316070 | Santos Dumont                | 46487 | 1 | 440 | 280 | 63,63636364 | R\$ 622.435,00   |
| 316080 | São Bento Abade              | 5286  | 3 | 160 | 145 | 90,625      | R\$ 365.000,00   |
| 316090 | São Brás do Suaçuí           | 3738  | 2 | 160 | 80  | 50          | R\$ 276.000,00   |
| 316095 | São Domingos das Dores       | 5644  | 4 | 160 | 210 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 316100 | São Domingos do Prata        | 17359 | 2 | 320 | 252 | 78,75       | R\$ 478.872,00   |
| 316105 | São Félix de Minas           | 3369  | 4 | 160 | 90  | 56,25       | R\$ 325.000,00   |
| 316110 | São Francisco                | 56323 | 4 | 520 | 456 | 87,69230769 | R\$ 1.325.845,00 |
| 316120 | São Francisco de Paula       | 6527  | 2 | 160 | 160 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 316130 | São Francisco de Sales       | 6238  | 2 | 160 | 848 | 100         | R\$ 337.000,00   |
| 316140 | São Francisco do Glória      | 4844  | 3 | 160 | 334 | 100         | R\$ 365.000,00   |
| 316150 | São Geraldo                  | 12366 | 1 | 320 | 265 | 82,8125     | R\$ 432.830,00   |
| 316160 | São Geraldo da Piedade       | 3962  | 4 | 160 | 164 | 100         | R\$ 386.000,00   |
| 316165 | São Geraldo do Baixio        | 4012  | 4 | 160 | 120 | 75          | R\$ 355.000,00   |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

|        |                                |       |   |     |     |        |                |
|--------|--------------------------------|-------|---|-----|-----|--------|----------------|
| 316340 | São José do Goiabal            | 5420  | 3 | 160 | 249 | 100    | R\$ 365.000,00 |
| 316350 | São José do Jacuri             | 6453  | 4 | 160 | 196 | 100    | R\$ 386.000,00 |
| 316360 | São José do Mantiemento        | 2791  | 3 | 160 | 120 | 75     | R\$ 334.000,00 |
| 316370 | São Lourenço                   | 45851 | 1 | 440 | 680 | 100    | R\$ 650.255,00 |
| 316380 | São Miguel do Anta             | 6938  | 3 | 160 | 205 | 100    | R\$ 365.000,00 |
| 316390 | São Pedro da União             | 4659  | 3 | 160 | 110 | 68,75  | R\$ 334.000,00 |
| 316400 | São Pedro dos Ferros           | 7781  | 2 | 320 | 116 | 36,25  | R\$ 332.248,00 |
| 316410 | São Pedro do Suaçuí            | 5246  | 4 | 160 | 125 | 78,125 | R\$ 355.000,00 |
| 316420 | São Romão                      | 12337 | 4 | 320 | 300 | 93,75  | R\$ 556.055,00 |
| 316430 | São Roque de Minas             | 7051  | 2 | 320 | 200 | 62,5   | R\$ 396.408,00 |
| 316440 | São Sebastião da Bela Vista    | 5504  | 2 | 160 | 80  | 50     | R\$ 276.000,00 |
| 316443 | São Sebastião da Vargem Alegre | 3007  | 3 | 160 | 260 | 100    | R\$ 365.000,00 |
| 316447 | São Sebastião do Anta          | 6555  | 4 | 160 | 210 | 100    | R\$ 386.000,00 |
| 316450 | São Sebastião do Maranhão      | 10044 | 4 | 320 | 354 | 100    | R\$ 521.660,00 |
| 316460 | São Sebastião do Oeste         | 6775  | 1 | 160 | 170 | 100    | R\$ 316.000,00 |
| 316470 | São Sebastião do Paraíso       | 70956 | 1 | 520 | 739 | 100    | R\$ 835.780,00 |
| 316480 | São Sebastião do Rio Preto     | 1506  | 4 | 160 | 200 | 100    | R\$ 386.000,00 |
| 316490 | São Sebastião do Rio Verde     | 2241  | 3 | 160 | 170 | 100    | R\$ 365.000,00 |
| 316500 | São Tiago                      | 10941 | 2 | 320 | 120 | 37,5   | R\$ 357.528,00 |
| 316510 | São Tomás de Aquino            | 7021  | 2 | 320 | 100 | 31,25  | R\$ 326.168,00 |
| 316520 | São Thomé das Letras           | 7089  | 3 | 320 | 40  | 12,5   | R\$ 325.068,00 |
| 316530 | São Vicente de Minas           | 7753  | 1 | 320 | 180 | 56,25  | R\$ 338.765,00 |
| 316540 | Sapucaí-Mirim                  | 6930  | 2 | 160 | 130 | 81,25  | R\$ 337.000,00 |
| 316550 | Sardoá                         | 6300  | 4 | 160 | 150 | 93,75  | R\$ 386.000,00 |
| 316553 | Sarzedo                        | 32752 | 1 | 440 | 456 | 100    | R\$ 584.760,00 |
| 316555 | Setubinha                      | 12258 | 4 | 320 | 240 | 75     | R\$ 523.870,00 |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

|        |                    |        |   |     |      |          |                  |
|--------|--------------------|--------|---|-----|------|----------|------------------|
| 316790 | Tabuleiro          | 3750   | 2 | 160 | 292  | 100      | R\$ 337.000,00   |
| 316800 | Taiobeiras         | 34132  | 3 | 440 | 1204 | 100      | R\$ 830.584,00   |
| 316805 | Taparuba           | 3110   | 4 | 160 | 175  | 100      | R\$ 386.000,00   |
| 316810 | Tapira             | 4773   | 1 | 160 | 208  | 100      | R\$ 316.000,00   |
| 316820 | Tapirai            | 1875   | 4 | 160 | 134  | 83,75    | R\$ 386.000,00   |
| 316830 | Taquaraçu de Minas | 4077   | 2 | 160 | 244  | 100      | R\$ 337.000,00   |
| 316840 | Tarumirim          | 14326  | 3 | 320 | 650  | 100      | R\$ 542.912,00   |
| 316850 | Teixeiras          | 11661  | 3 | 320 | 120  | 37,5     | R\$ 409.932,00   |
| 316860 | Teófilo Otoni      | 140592 | 2 | 640 | 2518 | 100      | R\$ 1.719.594,66 |
| 316870 | Timóteo            | 89842  | 1 | 520 | 1385 | 100      | R\$ 930.210,00   |
| 316880 | Tiradentes         | 7981   | 1 | 320 | 350  | 100      | R\$ 410.905,00   |
| 316890 | Tiros              | 6480   | 1 | 160 | 204  | 100      | R\$ 316.000,00   |
| 316900 | Tocantins          | 16659  | 1 | 320 | 382  | 100      | R\$ 454.295,00   |
| 316905 | Tocos do Moji      | 4101   | 3 | 160 | 148  | 92,5     | R\$ 365.000,00   |
| 316910 | Toledo             | 6258   | 3 | 160 | 130  | 81,25    | R\$ 365.000,00   |
| 316920 | Tombos             | 8022   | 2 | 320 | 80   | 25       | R\$ 334.176,00   |
| 316930 | Três Corações      | 79482  | 1 | 520 | 899  | 100      | R\$ 878.410,00   |
| 316935 | Três Marias        | 32356  | 1 | 440 | 352  | 80       | R\$ 582.780,00   |
| 316940 | Três Pontas        | 56746  | 1 | 520 | 752  | 100      | R\$ 764.730,00   |
| 316950 | Tumiritinga        | 6732   | 3 | 160 | 350  | 100      | R\$ 365.000,00   |
| 316960 | Tupaciguara        | 25327  | 1 | 440 | 600  | 100      | R\$ 547.635,00   |
| 316970 | Turmalina          | 19964  | 3 | 320 | 725  | 100      | R\$ 610.568,00   |
| 316980 | Turvolândia        | 5040   | 2 | 160 | 172  | 100      | R\$ 337.000,00   |
| 316990 | Ubá                | 115552 | 1 | 640 | 525  | 82.03125 | R\$ 1.172.618,66 |
| 317000 | Ubáí               | 12533  | 4 | 320 | 274  | 85,625   | R\$ 558.995,00   |
| 317005 | Ubaporanga         | 12471  | 3 | 320 | 510  | 100      | R\$ 520.652,00   |

## **PARECER JURÍDICO**

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N° 017/2022,  
DE 17 DE JANEIRO DE 2022 DE DORES DO  
INDAIÁ – ABERTURA DE CRÉDITO  
SUPLEMENTAR PARA MANUTENÇÃO DAS  
AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO ÂMBITO  
DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)  
PARA APOIO MULTIPROFISSIONAL.

### **I – DO RELATÓRIO**

A Câmara Municipal de Dores do Indaiá/MG, por meio do Presidente da Casa Legislativa, Sr. José Ailton de Sousa, encaminhou a esta Assessoria Jurídica Especializada a análise e emissão de parecer jurídico que verse sobre análise do Projeto de Lei nº 017/2022, de 17 de Janeiro de 2022 de Dores do Indaiá, que: “*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*”.

Para tanto, encaminhou cópia do Projeto de Lei e da Resolução SES/MG nº 7.857/2021, que “Dispõe sobre o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional.”.

Este é o relatório.

## II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, insta destacar que este questionamento busca trazer esclarecimentos acerca da constitucionalidade e viabilidade da Lei Complementar nº 017/2022, a qual visa autorizar o Poder Executivo Municipal a abrir créditos suplementar para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da atenção primária à saúde (APS) para apoio multiprofissional, nos seguintes termos:

### **PROJETO DE LEI N° 017/2022 DE 17 DE JANEIRO DE 2.022**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A Câmara Municipal de Dores do Indaiá - Minas Gerais, através de seu Plenário, APPROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município de Dores do Indaiá/MG no exercício de 2022, no valor de R\$ 478.864,00 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais) destinado manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG nº 7857 de 17 de novembro de 2021, visando à majoração da seguinte dotação orçamentária discriminada abaixo:

|                         |                |  |
|-------------------------|----------------|--|
| Órgão                   | 02             | Prefeitura Municipal De Dores Do Indaiá                                |
| Unidade                 | 02.08          | Secretaria Municipal de Saúde  |
| Subunidade              | 02.08.01       | Fundo Municipal de Saúde   |
| Função                  | 10             | Saúde  |
| Subfunção               | 301            | Atenção Básica   |
| Programa                | 0013           | Gestão e Modernização do Sistema de Saúde                              |
| Atividade               | 2036           | Adm. e Manutenção das Atividades da Atenção Básica                     |
| Categoria Econômica     | 3.00.00.00     | Despesas Correntes   |
| Grupo de Natureza       | 3.1.00.00.00   | Pessoal e Encargos Sociais   |
| Mod. de Aplicação       | 3.1.90.00.00   | Aplicações Diretas   |
| Elemento                | 3.1.90.11.00   | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil                          |
| Fonte de Recursos       | 255            | Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde                  |
| Valor da suplementação: | R\$ 478.864,00 | Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais |
| Ficha Orçamentária      | 359            |  |

**Art. 2º.** Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, serão utilizados como origem os recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fontes.

**Art. 3º.** Fica Autorizado ao Poder Executivo a inclusão e atualização da ação governamental na lei Municipal nº 2.964/2021, de 10 de Dezembro de 2022, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dores do Indaiá – Minas Gerais Para o Exercício Financeira de 2022”, na Lei Municipal nº 2.940/2021 de 15 de julho de 2021, que “ Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para o Exercício de 2002, e dá Outras Providências.” E na Lei Municipal nº 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2021, que “Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, Para o Quadriênio 2022 a 2025 e dá Outras Providências.”.

**Art. 4º.** Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao poder executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que fizerem necessárias.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 17 de janeiro de 2.022.

**ALEXANDRO COÊLHO FERREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEIVERSON MARCOS FIÚZA**

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E  
FINANÇAS**

Ao examinar a constitucionalidade, legalidade e viabilidade de determinado Projeto de Lei, deve-se ater a dois aspectos, quais sejam: o material e o formal. O aspecto formal diz respeito ao devido processo legislativo, incidindo sobre a vigência da lei, ao passo que o aspecto material compreende o conteúdo da norma, refletindo na sua validade.

Portanto, para melhor análise da propositura apresentada, impõe-se o exame de sua constitucionalidade, legalidade e viabilidade de maneira apartada.

### **II.I - DO ASPECTO FORMAL DO PROJETO DE LEI**

A legalidade em seu aspecto formal compreende as normas do processo para a produção de leis, denominado processo legislativo. Tal processo abrange a competência legislativa para tratar sobre o tema, a iniciativa para a deflagração da propositura, o rito para sua tramitação e o quórum para sua aprovação.

Assim sendo, precipuamente, importante esclarecer que a Constituição Federal, em seu art. 2º, definiu que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Esta divisão faz-se presente nas três esferas de governo, sendo o

Executivo representado pela Prefeitura e o Legislativo pela Câmara de Vereadores a nível municipal.

Ao Poder Legislativo incumbe, em síntese, elaborar as leis tanto para o poder público quanto para os particulares, além de ser responsável pela deliberação e fiscalização dos atos do Poder Executivo. Assim, os parlamentares, enquanto representantes da soberania popular local, terão sua atuação essencialmente nestes moldes, podendo alcançar negociações intersetoriais e intertemporais com o Executivo.

Nesse sentido, temos a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios no inciso I, do art. 30, da CF/88, *in verbis*:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;(...)

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 167, V, da CF, vedação para abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e, ainda, sem indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 167.** São vedados:

(...)  
V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;  
(...)

Pode e deve o Município, autônomo nos termos estabelecidos pelo caput do art. 18, da CF/88, requerer ao respectivo Poder Legislativo municipal a abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

(...)

De igual modo, constata essa Consultoria que o Chefe do Executivo Municipal possui prerrogativa para iniciar o processo legislativo quando se trata de matéria dessa natureza, em face do previsto pelo inciso III, do art. 165, da CF/88:

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

III - os orçamentos anuais.

(...)

É da competência privativa do Prefeito, conforme consta no art. 52, da Lei Orgânica do Município de Dores do Indaiá/MG, a iniciativa das leis que disponham sobre o Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e o orçamento anual:

6

**Art. 52.** São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

(...)

IV - o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como a abertura de créditos suplementares e especiais.

Em princípio, o prefeito pode praticar os atos de administração ordinária independentemente de autorização especial da Câmara. Por atos de administração ordinária entendem-se todos aqueles que visem à conservação, ampliação ou aperfeiçoamento dos bens, rendas ou serviços públicos.

### **III.I.1 - DA TRAMITAÇÃO E DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO:**

Para a regular tramitação, o projeto deverá receber o parecer das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Finanças, Orçamento e

Tomada de Contas e Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social nos termos dos artigo 42, 43 e 45 do Regimento Interno.

Quanto ao quórum de votação é pela maioria simples, por não se enquadrar no rol dos §§ 3º e 4º do artigo 182 da Norma Regimental.

## **II.II - DO ASPECTO MATERIAL DO PROJETO DE LEI**

No que tange o aspecto material do Projeto de Lei em análise, é de bom alvitre apresentarmos algumas considerações sucintas acerca da sua legalidade.

O Projeto de Lei que ora se aprecia (Projeto de Lei nº 017/2022) solicita autorização para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 478.864,00 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais), proveniente do repasse de incentivo financeiro para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional dos Municípios relacionados no Anexo II da Resolução SES/MG nº 7.857/2021.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais

simples aos mais complexos. No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas<sup>1</sup>.

Com o incentivo financeiro disposto na Resolução SES/MG nº 7.857/2021, será utilizado pelo Município de Dores do Indaiá/MG em ações e serviços de saúde desempenhada pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde no período de 24 (vinte e quatro) meses.

Considera-se “créditos adicionais”, como preceitua o artigo 40 da Lei 4.320/64, “as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”. Os créditos suplementares são reforços aos valores previstos que se mostraram insuficientes, enquanto que os créditos especiais são autorizações de novas despesas não previstas no orçamento.

Em conformidade com o artigo 41 do mesmo diploma legal, os créditos adicionais podem ser divididos em suplementares, especiais e extraordinários, vejamos:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O primeiro são os destinados ao reforço de dotação orçamentária; o segundo, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e o último são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

<sup>1</sup> <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquec>

O Projeto de Lei em tela pretende, justamente, a abertura de créditos adicionais do tipo “suplementares”, devido o fato que a suplementação orçamentária é um acréscimo de orçamentária é ajustar o orçamento disponível aos objetivos a serem atingidos pelo Município despesa, reforço orçamentário autorizado pelo poder público, que ocorre na forma de crédito suplementar. A intenção da suplementação orçamentária é ajustar o orçamento disponível aos objetivos a serem atingidos pelo Município.

Conforme o art. 42 da Lei nº 4.320/64, o Município pode autorizar a abertura de crédito adicional suplementar, por meio de lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Vejamos:

**Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

Doutra banda, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 167, V, da CF, vedação para abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e, ainda, sem indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 167. São vedados:**

(...)

**V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;**  
(...)

No caso em tela, o Poder Executivo demonstrou, documentalmente, que seria necessário um reforço no saldo de dotação orçamentária para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da atenção primária à saúde (APS) para apoio multiprofissional, sendo discriminado no projeto de Lei nº 017/2022.

O repasse deste montante, por si só, é suficiente para caracterizar o excesso à previsão orçamentária, justificando (e tornando necessária) a criação de crédito adicional.

As normas gerais de contabilidade pública estão listadas, sobretudo, na Lei Federal 4.320/64, a qual determina, em seu artigo 46:

**Art. 46.** O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

No caso em análise, o projeto de lei em referência atendeu às exigências legais, discriminando adequadamente as despesas criadas (com sua respectiva indicação individual) e apontando a receita (necessária e suficiente) à cobertura das despesas.

10

Ademais, versa aludida legislação que:

**Art. 43.** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(...)

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Para além desses argumentos, a mensagem de justificativa demonstra a necessidade da abertura do crédito adicional e, além disso, há pertinência nas dotações pretendidas com o objeto das Emendas Parlamentares federais.

Uma vez que, o orçamento foi insuficiente para cobrir as despesas do Município, necessita-se assim de suplementação no orçamento.

Diante do exposto, resta cristalino que a pretensão deduzida no Projeto de Lei anexo, não visa e não possui o condão de se transpor em matéria de ingerência exclusiva do Poder Executivo, ao revés, possui natureza de caráter e interesse público e coletivo, proporcionando maior publicidade e transparência à população nos atos e fatos decorrentes da Administração Pública.

À vista do exposto, não se vislumbra qualquer óbice ao pretendido, visto que o Projeto de Lei posto em análise atende aos pressupostos constitucionais e legais e, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado.

### **III – DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

Outro ponto que merece ser objeto de análise é o projeto de lei apresentado foi elaborado observando as normas referentes à técnica legislativa. Para tanto, é necessário que o mesmo tenha sido minutado observando as normas previstas na Lei Complementar nº 95/1.998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.”.

Nesse sentido, convém salientar que o projeto atende aos dispositivos da Lei Complementar nº 95/1.998, faltando apenas “um ponto” após a escrita que se refere ao “art. 2º”, o que pode ser facilmente sanado quando o mesmo for colocado para redação final, nos termos do art. 185 do Regimento Interno da Casa.

### **IV – DA CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, na questão acima elencada, diante das informações expostas e pela ausência de vícios formais ou materiais, opina essa assessoria jurídica pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 017/2022, de 17 de Janeiro de 2022 de Dores do Indaiá, que: “*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVÍDÊNCIAS*”, estando apto à tramitação e deliberação plenária.

Este é o parecer, s. m. j.

De Uberlândia/MG para Dores do Indaiá/MG, 31 de janeiro de 2022.

12

Daniel Ricardo Davi Sousa  
OAB/MG 94.229

Haiala Alberto Oliveira  
OAB/MG 98.420

  
Paula Fernandes Moreira  
OAB/MG 154.392

Izabella Ferreira Ramos de Lima  
Estagiária



# CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

CNPJ: 04.228.760/0001-01 - Fone: (37) 3551-2371

Rua Distrito Federal, 444 - B. Osvaldo de Araújo - Cep: 35.610-000 - Dores do Indaiá-MG

e-mail: camaradores@indanet.com.br

## PARECER DA CÂMARA

### PROJETO DE LEI Nº. 17/2022

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1º Turno       Turno único

Os membros das **COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS e EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** da Câmara Municipal de Dores do Indaiá, após a apreciação e estudo conjunto ao Projeto de Lei n.º **17/2022**, enviado pelo Presidente da Casa a esta pasta, resolvem:

**Pela aprovação.**

O Projeto de Lei em análise “**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**”.

O citado projeto cumpre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental. Segue, ainda, a boa técnica legislativa, não havendo vício de linguagem ou defeito, apenas um erro material. Em redação final, no art. 3º, onde está descrito “Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2021”, passa a vigorar “Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 25 de Novembro de 2021”. No mais, o projeto atende às exigências fiscais e orçamentárias vigentes.

Assim, após estudo da proposta, inclusive do parecer jurídico, opinamos por sua tramitação e aprovação, haja vista que não possui vícios a coibir, encontra-se apta à tramitação, discussão e deliberação plenária.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Dores do Indaiá – MG**

Dores do Indaiá, 1º de fevereiro de 2022.

Gustavo Henrique de Oliveira Feliciano

Sílvio Silva

Adilson Mário Alves

Karla Francisca Vieira Araújo

Leonardo Diógenes Coelho